

Princípios e proposições gerais para a Saúde no Governo Wagner:

- 1) defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) universal, humanizado e de qualidade;
- 2) compromisso do governo com a geração de emprego, distribuição de renda e garantia de direitos da cidadania;
- 3) ampliação da esfera pública, inclusão social e redução das desigualdades;
- 4) superação da precarização das relações e condições de trabalho e remuneração dos trabalhadores de saúde, com destaque para os agentes comunitários de saúde;
- 5) efetivação da integralidade da atenção mediante mudança do modelo de atenção à saúde;
- 6) intervenção nos determinantes sociais da saúde, melhorando a coesão social, as redes de proteção social, a cultura da paz e a justiça social, ao tempo em que se procura reduzir o número de mortes e doenças, o sofrimento mental, os riscos sócio-ambientais, os acidentes e as violências;
- 7) reposição do usuário-cidadão como o centro das formulações e operacionalização das políticas de saúde;

- 8) organização dos serviços e atuação dos profissionais de saúde voltados para tornar mais fácil a vida do cidadão-usuário no usufruto dos seus direitos;
- 9) organização do SUS em torno da promoção da saúde, do acolhimento, dos direitos à decisão informada sobre alternativas terapêuticas, dos compromissos de amenizar o desconforto e o sofrimento dos que necessitam de assistência e cuidados;
- 10) interação com a mídia para difusão de nossa concepção ampliada de saúde, expressa na Constituição e nas leis vigentes;
- 11) contribuição na formação da consciência sanitária, tanto em relação às necessidades, problemas e determinantes da saúde quanto aos direitos à saúde e aos serviços de saúde;
- 12) responsabilização de gestores, gerentes e profissionais para prestar o melhor cuidado possível dentro das condições limitadas em termos financeiros e operacionais;
- 13) estímulo à participação e controle social para além de conferências e conselhos (ouvidorias, disque-saúde e pesquisas de satisfação de usuários) e, generalização da participação e controle público e democrático sobre unidades de saúde próprias e contratadas ou financiadas pelo SUS.

AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS

- Implementar Política de Promoção da Saúde, em todos os níveis de atenção, com ênfase na atenção básica priorizando ações para: Alimentação Saudável, Atividade Física, Prevenção e Controle do Tabagismo, Redução da morbi-mortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas e da morbi-mortalidade por acidentes de trânsito, Prevenção da violência e estímulo à cultura de paz, e Promoção do desenvolvimento sustentável;
- Ampliar a cooperação do setor da saúde com outras áreas de governos, setores e atores sociais para gestão de políticas públicas e desenvolver iniciativas que contribuam para minimizar e/ou extinguir desigualdades de qualquer ordem (étnica, racial, social, regional, de gênero, de orientação/opção sexual, dentre outras);
- Grande esforço de descentralização efetiva das ações de saúde coletiva, especialmente vigilância epidemiológica e sanitária, vigilância à saúde do trabalhador e controle de doenças epidêmicas e endêmicas;
- Fortalecer a rede de laboratórios de saúde pública, e a infraestrutura execução das ações de vigilância.

SAÚDE DA FAMÍLIA

- Apoiar técnica e financeiramente os municípios para aumentar a população coberta pelo PSF
- Contribuir com as gestões municipais para articular as equipes que atuam na estratégia de Saúde da Família com equipes matriciais de referência ou de retaguarda permitindo aumentar a resolutividade da atenção prestada;
- Estimular a incorporação de outros profissionais de saúde em equipes de retaguarda para o Programa de Saúde da Família, com atuação de educadores físicos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, nutricionistas, farmacêuticos e psicólogos;
- Medidas para regularizar a contratação dos profissionais;
- Elaborar proposta de Plano Cargos e Carreira para médicos de família na SESAB.

SAÚDE BUCAL

- Apoiar os municípios para ampliar a cobertura de ações de saúde bucal no Estado da Bahia – mais baixa do Nordeste, através de equipes na atenção básica atuando no Programa de Saúde da Família;
- Induzir a implantação de Centros de Especialidades em Odontologia (CEO);
- Incentivar os municípios a incorporarem a atenção à saúde bucal com odontólogos e profissionais auxiliares em todas as equipes de Saúde da Família;
- Incorporar atendimento a urgências odontológicas na rede, especialmente nos Hospitais de Pequeno Porte e serviços de emergência.

URGÊNCIA / EMERGÊNCIA

- Implantar o SAMU 192 em parceria com o Ministério da Saúde e Prefeituras Municipais em todos os pólos regionais e ampliar a cobertura a partir dos pólos regionais para os municípios vizinhos, iniciando pela Região Metropolitana;
- Estender a ação do SAMU 192 para os principais eixos rodoviários do Estado em parceria com as Polícias Rodoviárias Federal e Estadual;
- Elaborar projeto estadual de assessoria técnica, acompanhamento e avaliação e participar do financiamento do sistema SAMU 192, efetivando uma rede pré-hospitalar estadual com comunicação com todas as bases e outros parceiros;
- Fortalecer os Hospitais Públicos Estaduais nos Pólos Regionais com aumento da capacidade de atendimento das situações de urgência/emergência, do quadro de profissionais atuando nestes hospitais, articulação com o SAMU 192 e com Centrais de Regulação de Leitos Hospitalares.
- Renegociar com o Ministério da Saúde o Projeto QUALISUS na Bahia e agilizar sua implantação nas grandes emergências públicas

REGIONALIZAÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA AMBULATORIAL E HOSPITALAR

- Fortalecer os pólos regionais e reduzir a evasão de pacientes para outros estados e a busca por internações em Salvador;
- Implantar Centrais Informatizadas de Marcação de Consultas e Procedimentos Especializados e Centrais de Internações Hospitalares em cada região que ampliem e humanizem o acesso da população à atenção especializada e hospitalar, reduzindo inclusive as filas para acesso ao sistema de saúde;
- Organizar Sistema estadual de cirurgias eletivas articulando a oferta dos serviços situados nos municípios, e em hospitais públicos estaduais e privados contratados, com acesso do paciente propiciado através de ligação telefônica gratuita (0800) através da qual será agenda a consulta com cirurgião e a partir dela agendados os exames necessários e a cirurgia a ser realizada;

REGIONALIZAÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA AMBULATORIAL E HOSPITALAR

- Assegurar recursos estaduais e federais para realizar investimentos em infraestrutura para aumentar a capacidade instalada nos principais pólos regionais, ampliando a oferta: Hospital Regional da Criança em Feira de Santana, de leitos de UTI em Paulo Afonso, a construção em parceria com a Prefeitura de Camaçari de um hospital na Estrada do Coco e a conclusão do Hospital de Santo Antônio de Jesus com a articulação entre este serviço e a Universidade Federal do Recôncavo criada pelo Governo LULA. Estadualizar o Hospital da CHESF em Paulo Afonso;
- Intensificar a implantação da Política de Hospitais de Pequeno Porte na Bahia, fazendo com que os hospitais com este perfil passem a ter contrato de metas com orçamento global e articulação com as equipes de saúde da família;
- Implantar um Programa de Internação Domiciliar com equipes multiprofissionais nas maiores cidades do Estado em parceria com o Ministério da Saúde e Prefeituras Municipais e em articulação com o SAMU 192 e com os principais hospitais de referência;

AMPLIAÇÃO DO ACESSO A ATENÇÃO ESPECIALIZADA ESPECIALMENTE PARA GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS

- Colocar em pleno funcionamento os bancos de sangue regionais, especialmente os que hoje se encontram equipados e fechados, garantindo através do HEMOBA disponibilidade de sangue para todos os hospitais;
- Ampliar a oferta de transplantes de órgãos no Estado da Bahia – das menores do país;
- Ampliar a oferta de serviços de referência especializada nas principais linhas de cuidado e de procedimentos de alta complexidade pelo SUS, com criação de novos serviços e ampliação dos existentes nas redes de saúde do trabalhador, atenção em oncologia, cardiologia, neurologia/neurocirurgia, e atenção a pacientes portadores de deficiências e de doença renal; Implantar o Projeto Suport (ortopedia com INTO).
- Implantar laboratórios regionais de análise clínicas com rede de postos de coleta, e com automação e informatização padronizada e acesso a resultados via internet.

AMPLIAÇÃO DO ACESSO A ATENÇÃO ESPECIALIZADA ESPECIALMENTE PARA GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS

- Política de Saúde para Deficientes Físicos, ampliar centros de referência nos pólos regionais, incorporar reabilitação na comunidade no PSF e ações para facilitar a acessibilidade.
- Estruturar rede de atenção integral à saúde mental - apoiar os municípios na ampliação da rede de Centros de Atenção Psico-Social (CAPS) e de Residências Terapêuticas;
- Priorizar ações de promoção, prevenção e atenção à saúde para a questão das dependências químicas (álcool e outras drogas) e ampliar o número de Centros de Atenção Psico-Social (CAPS) em atenção às dependências químicas;
- Implantar Programa de Humanização da Atenção na rede SUS.

DIAGNÓSTICO PRECOCE DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO E MAMA

- Fomentar a incorporação de ações de detecção precoce de casos de câncer (especialmente de colo de útero e de mama) através das equipes de saúde da família e implantar uma rede de laboratórios de anatomia patológica e citopatologia nos principais pólos regionais e serviços de referência para realização de mamografias com vistas a ampliar a capacidade de diagnóstico.

PLANEJAMENTO FAMILIAR

- Apoiar e induzir os municípios a realizarem estas ações em todos os serviços de saúde da rede básica, especialmente através das equipes de saúde da família. Participação ativa do governo estadual em parceria com o Ministério da Saúde, na aquisição e disponibilização de métodos contraceptivos artificiais.

POLÍTICA DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO NEGRA

- Atuar em parceria com o Ministério da Saúde e com as Prefeituras Municipais na implantação de Política de Saúde para a População Negra, voltada para a redução da morbidade e da mortalidade precoce da população negra.
- Ampliar o acesso da população negra as ações e serviços de saúde e combater a discriminação racial, inclusive no sistema de saúde;

ACESSO A MEDICAMENTOS

PRODUÇÃO PÚBLICA DE MEDICAMENTOS

- Implantar produção pública de medicamentos e outros insumos básicos para o setor saúde, visando suprir a rede pública, em parceria com o Governo Federal;
- Constituir um sistema, com administração compartilhada com os governos municipais, racionalizando o processo de aquisição de medicamentos, por meio de produção própria ou mediante compra conjunta com todos os municípios participantes, diminuindo custos e reduzindo as atuais distorções;
- Implantar a Rede Bahiana do Programa Farmácia Popular do Brasil em parceria com o Ministério da Saúde, as Prefeituras Municipais e outras instituições e ampliar a rede de farmácias privadas conveniadas a Farmácia Popular;
- Elaborar projeto Medicamento em Casa com medicamentos para controle de Hipertensão e Diabetes e para distribuição de métodos contraceptivos.

VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SUS

- Desenvolver ações visando à melhoria das condições de trabalho no SUS, recuperação dos níveis salariais, qualificação profissional, participação dos trabalhadores nos rumos do SUS, assegurando direitos trabalhistas previstos na lei.
- Medidas para constranger contratações precárias nas gestões municipais e incentivar a implantação de plano de carreira para os trabalhadores do SUS.
- Induzir a desprecarização do trabalho dos profissionais de saúde e incentivar os municípios a realizarem concursos públicos e implantarem Planos de Carreira, Cargos e Salários;
- Desenvolver um programa de incentivo (inclusive financeiro) para a regularização da contratação dos agentes comunitários de saúde pelas Prefeituras Municipais, colocando esta regularização como requisito para apoio da Secretaria Estadual a outros projetos municipais;
- Implantar projeto Universidade Aberta do SUS / Bahia em parceria com universidades públicas e conselhos profissionais (atualização, especialização, educação permanente, e retaguarda de telemedicina e interconsultas).

CONTROLE SOCIAL

- Implantar ações para implementar os Conselhos de Saúde e demais espaços de participação popular e controle social no Sistema Único de Saúde, acompanhando o funcionamento dos conselhos municipais e estimulando a implantação de conselhos locais / conselhos gestores de serviços de saúde;
- A partir de realização de uma Conferência Estadual de Saúde será constituído um novo Conselho Estadual de Saúde assegurando a paridade prevista em Lei fazendo cumprir a legislação, subvertida por todos os governos da Bahia desde 1991;
- Implantar mecanismos que permitam ampliar o acesso a informação e a participação e controle público e democrático sobre unidades de saúde próprias e contratadas através de ouvidoria e “disque-saúde”;
- Desenvolver atividades de formação de conselheiros e gestores em todas as regiões do Estado, fortalecendo a gestão municipal e o controle social;
- Estimular o desenvolvimento de uma pauta do setor saúde no processo de Orçamento Participativo.

AÇÕES INTERSETORIAIS

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- Priorizar projetos intersetoriais para melhoria das condições de saúde da população, mediante ações articuladas com outras áreas de governo (educação/saneamento/assistência social e outras);
- Construir instâncias intersetoriais de políticas públicas que permitam elaborar políticas, acompanhar e avaliar sua implantação (Diretorias de Gestão Intersectorial);
- Adequar a formação de recursos humanos às necessidades de um novo perfil profissional inserido no SUS. Apoiar iniciativas das universidades.
- Projetos intersetoriais para combate às principais endemias, à violência e visando à redução da mortalidade materna e infantil.
- Ações de saneamento básico, com sistemas simplificados de água e esgoto, em parceria com FUNASA, CONDER, CAR, CERB e prefeituras municipais;
- Desenvolver política intensa de comunicação social em saúde para difusão de informações indispensáveis aos usuários do SUS;
- Ampliação intensa de postos de trabalho no SUS, especialmente na atenção básica.

GESTÃO E FINANCIAMENTO DO SUS

- Serão aplicados na saúde, no mínimo, os recursos previstos na Emenda Constitucional 29. Apoiar o PL 01/2003, que trata da regulamentação da EC 29;
- Autonomia financeira e administrativa do Fundo Estadual de Saúde para gestão dos recursos, inclusive os do tesouro estadual, conforme legislação vigente;
- Apresentar regularmente prestação de contas ao Conselho Estadual de Saúde;
- Desenvolver um combate intenso às fraudes e desvios de recursos. Fortalecer as ações de regulação, controle e auditoria. Implantar Centrais de Regulação;
- Priorizar e utilizar plenamente a capacidade instalada de oferta pública e estabelecer mecanismos legais, democráticos e transparentes de concorrência pública para contratação de serviços privados;
- Desprivatizar os hospitais públicos e rever contratos de parceria com filantrópicos;
- Fortalecer a relação com os hospitais filantrópicos (sem fins lucrativos), através de convênios que estabeleçam um orçamento global com metas definidas;
- Renegociar o Projeto Saúde Bahia com o Banco Mundial redefinindo prioridades, metas, cronograma e indicadores de acompanhamento.

PRINCIPAIS MEDIDAS EMERGENCIAIS NA TRANSIÇÃO

- Prorrogação de contratos por três meses com vencimento no final deste ano e início do próximo, evitando descontinuidade no atendimento e solicitar medidas para normalizar abastecimento na rede, em especial a disponibilização de medicamentos;
- Negociar paralisação de processos que podem vir a comprometer a implantação do programa de saúde do novo governo;
- Acompanhar processo de seleção de consultores em curso;
- Evitar mudanças na programação da alocação de recursos federais no SUS/Ba;
- Renegociação de prazos de convênios vigentes com o Ministério da Saúde e acompanhar alocação de recursos no orçamento do Ministério da Saúde para 2007;
- Aprofundar diagnóstico de áreas prioritárias: assistência farmacêutica, Projeto Saúde Bahia, Vigilância à Saúde, Regulação de Urgências/Emergências, Processamento e Pagamento de Prestadores de Serviços e HEMOBA;
- Acordar bases da transição nas direções dos hospitais estaduais;
- Monitorar situação epidemiológica atual (endemias e epidemias);
- Analisar suporte estadual para assistência nas festas populares e carnaval.